

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 21/2023, em que é recorrente **José Armindo Varela Brito** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 132/2023

*(Autos de Amparo 21/2023, José Armindo Varela Brito v. STJ Inadmissão por Não-Correção Tempestiva de Deficiência e de Insuficiências na Instrução do Pedido)*

### I. Relatório

1. O Senhor José Armindo Varela Brito, interpôs recurso de amparo, impugnando o Acórdão 10/2023, de 30 de janeiro, e relacionando, para tanto, argumentos que se pode sumarizar da seguinte forma:

1.1. Quanto à violação direta dos direitos fundamentais, entende que, com a recusa da reparação dos seus direitos fundamentais, tanto pelo meritíssimo Juiz do Tribunal de Primeira Instância, como pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça (STJ), ficaram esgotadas todas as vias de recurso que tinha a seu dispor para o efeito;

1.2. Apresenta os seguintes factos:

1.2.1. Explica que, na sequência de uma denúncia apresentada no dia 22 de setembro de 2011, na Esquadra Policial de Santa Catarina, imputando-lhe factos que indicavam a prática de crimes sexuais contra menores, viria a ser detido fora de flagrante delito, no dia 17 de novembro de 2011, e submetido a primeiro interrogatório judicial de arguido detido, tendo-lhe sido decretada medida de coação pessoal de termo de identidade e residência, proibição de não contactar a menor/ofendida, M., e apresentação semanal na Procuradoria de Santa Catarina;

1.2.2. Após a conclusão da instrução do processo, no dia 27 de janeiro de 2012, o Ministério Público deduziu acusação. Contudo, não tendo concordado com alguns factos constantes da mesma, requereu Audiência Contraditória Preliminar (ACP), a 13 de fevereiro do mesmo ano;

1.2.3. A ACP realizou-se no dia 15 de junho de 2012 e dois dias depois viria a ser pronunciado por vários crimes de agressão, alguns na forma tentada, outros na forma consumada, praticados contra três ofendidas: M., N. e J;

1.2.4. Foi julgado no dia 13 de janeiro e tendo a leitura da sentença ocorrido no dia 12 de março de 2013, foi condenado, como autor material de um crime de agressão sexual com penetração, numa pena de seis anos de prisão e de um crime de agressão sexual com penetração, na forma tentada, numa pena de três anos de prisão. Feito o cúmulo jurídico, nos termos do artigo 31, número 1, do Código Penal, foi-lhe aplicada a pena única de três anos de prisão;

1.2.5. No entanto, conforme narra na sua peça, “a primeira instância não deu por provados 5 (cinco) crimes de agressão sexual sem penetração, na forma consumada, em menor de 14 anos, relativamente [à] ofendida M. (...)”, “da mesma forma que não ficou provado 1 (um) crime de agressão sexual sem penetração, na forma consumada, em menor de 14 anos, na forma tentada, relativamente a J. (...)”, acabando por ser absolvido da prática de tais crimes;

1.2.6. Diz ter ficado sem entender o raciocínio lógico e crítico feito pelo juiz da primeira instância, no que diz respeito às provas dos crimes de que vinha pronunciado, em relação à ofendida M., porque, a seu ver, ou se daria como provado todos os factos de que vinha acusado, ou então, todos esses mesmos factos deveriam ter sido dados como não provados, tendo em conta que a única fonte direta e imediata de tais provas seriam as declarações da ofendida. Tanto mais que, segundo alega, para o juiz, as mesmas indiciavam casos de assédio e tentativa de agressão sexual que sequer seriam crimes no ordenamento jurídico cabo-verdiano. Entende terem ficado dúvidas por ultrapassar no espírito do julgador na primeira instância. E, como tais dúvidas não foram resolvidas, a decisão deveria ter-lhe sido favorável, sob pena de se estar a violar o princípio da presunção de inocência, na vertente do *in dubio pro reo*;

1.2.7. Inconformado com a sentença, interpôs recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, no dia 22 de março de 2013, apresentando os pontos concretos que, na sentença da primeira instância, entendeu terem sido incorretamente julgados e que impunham uma decisão diversa, pedindo, por isso, que fosse respeitado o princípio de presunção de inocência, na sua vertente do *in dubio pro reo*;

1.2.8. Entretanto, passados 9 anos e 10 meses sobre a data do recurso, o Acórdão recorrido não fez qualquer reparo à sentença prolatada em primeira instância. Pois que, o entendimento do Tribunal *a quo*, teria sido que, “*in casu*, uma vez produzida e examinada a prova, não se evidencia que tenha permanecido no espírito do julgador, uma qualquer dúvida, quanto mais razoável, sobre os factos, tais como os mesmos foram dados como assentes na douta sentença, pelo que, por não se ter vulnerado o citado princípio constitucional, também não procede tal segmento do recurso”. “Em conclusão, diremos que não procede, de todo, a impugnação da matéria de facto pelo que, sendo o único fundamento do recurso, se impõe a improcedência do mesmo”.

### 1.3. Do ponto de vista do Direito,

1.3.1. Insurgindo-se contra a decisão do STJ tenta demonstrar, através do que alegadamente foi declarado pela ofendida M. e, pelo resultado do exame médico, assim como das suas próprias declarações, que não teria praticado o crime de que foi acusado, contra essa menor;

1.3.2. Para melhor fundamentar a sua posição cita Castanheira Neves, assim como outros autores portugueses sobre o *in dubio pro reo*;

1.3.3. Diz não ser admissível que, passados 12 anos sem haver uma sentença com trânsito em julgado, ter de “vir a cumprir uma decisão de 6 anos de prisão efetiva (...) face a inércia e omissão de um órgão de soberania, que devia de antemão proteger e garantir os direitos constitucionalmente consagrados”;

1.3.4. Acrescenta que só no STJ o processo terá estado parado 9 anos e 10 meses e que, atualmente, “tem uma vida organizada e com família organizada, todavia, a não

garantia do amparo por violação direto[a] do núcleo essencial do artigo 22º da CRCV, causa prejuízos graves e irreparáveis na vida e família do ora recorrente”.

1.4. Quanto à admissibilidade, diz:

1.4.1. Não ter dúvidas sobre a sua legitimidade para interpor o presente recurso de amparo e que as questões que coloca visam a proteção de direitos fundamentais violados; e

1.4.2. Que esgotou todos os meios que tinha ao seu dispor.

1.5. Quanto aos efeitos da interposição deste recurso, assevera que, como o órgão judicial recorrido tem o entendimento de que o recurso de amparo não tem o condão de suspender o trânsito em julgado das decisões proferidas pelos tribunais judiciais, pede ao Tribunal Constitucional que se pronuncie sobre a natureza e efeitos do recurso de amparo constitucional, tendo em conta o que ficou assente em vários arestos desta Corte a esse propósito.

1.6. Termina a sua peça rogando ao Tribunal Constitucional que:

1.6.1. O seu recurso seja admitido e que lhe seja concedido amparo constitucional;

1.6.2. Seja atribuído efeito suspensivo ao recurso de amparo;

1.6.3. Se decida sobre a violação de direito[s], liberdade[s] e garantias, concretamente, sobre o direito de acesso à justiça, direito de liberdade, *in dubio pro reo* e presunção da inocência, art.º 2º, nº 1, 22, 30 nº 1, 35 nº 1, 6, 7, todos da CRCV, e consequentemente,

1.6.4. Sejam restabelecidos os seus direitos, liberdades e garantias violados; e, que seja revogado o *Acórdão 10/2023*, do Supremo Tribunal de Justiça, com as legais consequências;

1.6.5. Pede ainda que seja oficiado o órgão recorrido para juntar aos presentes autos a certidão de todo o processo n.º 81/2013.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para a emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito S. Excia. o Sr. Procurador-Geral da República, articulando os seguintes argumentos:

2.1. Afigura-se-lhe que, conforme instruídos os presentes autos, não possuíam condições para que o Ministério Público se pronunciasse sobre a admissibilidade ou rejeição do presente recurso;

2.1.1. A forma como se encontra redigida a PI não permitiria conferir as condições de admissibilidade do mesmo, desde logo, porque o recorrente não indica quando foi notificado do acórdão de que recorre;

2.1.2. Não teriam sido juntados aos autos o acórdão recorrido, as alegações de recurso apresentadas, a certidão de notificação ou qualquer outro documento suscetível de permitir a verificação dos pressupostos da admissibilidade, quanto sejam a legitimidade do recorrente, a tempestividade do recurso, se o recorrente invocou de forma expressa e formalmente no processo as alegadas violações logo que delas tenha tido conhecimento e se requereu sua reparação, e, tão pouco, se teriam sido esgotados todos os meios ordinários de defesa de direitos, liberdades e garantias;

2.1.3. Face à total ausência de elementos para o efeito, não lograria oferecer o seu pronunciamento, sem prejuízo de o vir a fazer após a junção dos documentos referidos nos termos do artigo 8.º, número 3, da Lei do Amparo.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 20 de julho,

3.1. Nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC;

3.2. Dela decorrendo decisão de aperfeiçoamento, nos termos da qual se determinou notificação do recorrente para aperfeiçoar o seu recurso: a) Juntando o Acórdão recorrido e a sentença prolatada pelo tribunal de primeira instância; b) Carreando para os autos o recurso ordinário que terá dirigido ao STJ e, a existir, qualquer requerimento avulso em que tenha suscitado a questão da violação dos seus direitos; c)

Anexando a certidão de notificação ou qualquer documento que indicasse a data em que a decisão judicial recorrida lhe foi comunicada; d) Clarificando a(s) conduta(s) que pretendia que o Tribunal scrutinasse; e) Especificando qual o amparo que pretendia que lhe fosse outorgado para o restabelecimento dos seus direitos fundamentais alegadamente violados.

3.2.1. Lavrada no *Acórdão 122/2023, de 24 de julho, José Armindo Varela Brito v. STJ, Aperfeiçoamento por Deficiente Indicação da(s) Conduta(s) Impugnada(s); falta de especificação do amparo pretendido e Omissão de Junção de Documentos Essenciais à Instrução do Pedido*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 81, 1 de agosto de 2023, pp. 1622-1626, este foi notificado ao recorrente no dia 24 de julho às 16:25, conforme consta de f. 52;

3.2.2. No dia 27 de julho de 2023, às 15:36, o recorrente protocolou, por via eletrónica, a peça de aperfeiçoamento de f. 56, através da qual apresenta um articulado no qual apresenta uma nova peça antecédida de uma alegação de justo impedimento e junta o acórdão recorrido, o recurso ordinário impetrado e pedido de reparação de direitos fundamentais.

3.2.3. Ao fim do mesmo dia veio juntar a sentença de primeira instância.

4. A sessão marcada para apreciar o aperfeiçoamento e a admissibilidade do recurso foi marcada para o dia 31 de julho, tendo o julgamento *in camera* ocorrido nessa data, dela decorrendo a decisão exposta e fundamentada a seguir.

## **II. Fundamentação**

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela

Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos

direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).



1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através

das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão nº 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

3. Na presente situação, apesar de ter apresentado o requerimento recursal na secretaria do Tribunal Constitucional, era notório que a peça não cumpria na sua plenitude a forma prevista na lei, tendo em conta que o recorrente não identificara claramente a(s) conduta(s) que pretendia impugnar, nem tampouco o(s) amparo(s) que pretendia obter, além de não ter juntado praticamente nenhum documento que permitisse a este Tribunal aferir da admissibilidade do seu recurso.

3.1. Por essas razões,

3.1.1. O Tribunal julgou necessário determinar que o recorrente fosse notificado para aperfeiçoar o seu recurso: a) Juntando o Acórdão recorrido e a sentença prolatada pelo tribunal de primeira instância; b) Carreando para os autos o recurso ordinário que terá dirigido ao STJ e, a existir, qualquer requerimento avulso em que tinha suscitado a questão da violação dos seus direitos; c) Anexando a certidão de notificação ou qualquer documento que indicasse a data em que a decisão judicial recorrida lhe foi comunicada; d) Clarificando a(s) conduta(s) que pretendia que o Tribunal escrutinasse; e)

Especificando qual o amparo que pretendia que lhe fosse outorgado para o restabelecimento dos seus direitos fundamentais alegadamente violados;

3.1.2. Lavrada no *Acórdão 122/2023, de 24 de julho, José Armino Varela Brito v. STJ, Aperfeiçoamento por Deficiente Indicação da(s) Conduta(s) Impugnada(s); falta de especificação do amparo pretendido e Omissão de Junção de Documentos Essenciais à Instrução do Pedido*, Rel: JCP Pina Delgado, este foi notificado ao recorrente no dia 24 de julho às 16:25, conforme consta de f. 52.

3.2. A admissibilidade de peça determinada pelo Tribunal Constitucional em acórdão de aperfeiçoamento tirado em sede de recurso de amparo depende de, primeiro, a peça protocolada por um recorrente entrar dentro do prazo previsto pelo artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*; segundo, de corresponder às injunções feitas pelo aresto. O que se verifica é que nenhum dos pressupostos se materializa neste caso concreto.

3.3. Por um lado, porque, não está sob disputa que, tendo sido notificado no dia 24 de julho, o recorrente tinha, nos termos do artigo 17, parágrafo primeiro, da LAHD, dois dias para dar entrada completa ao seu processo.

3.3.1. Dispunha, pois, de um prazo que expirava no dia 26 de julho às 11:59 para protocolar a sua peça e todos os documentos cuja junção foi determinada pelo acórdão de aperfeiçoamento. É pacífico que não o fez, porque mesmo a peça e parte dos documentos deram entrada no dia 27 e um deles, essencial, no dia 28, todos do mesmo mês;

3.3.2. O recorrente não disputa essa assertiva, mas pretende que se reconheça que se está perante um quadro de justo impedimento. Contudo, este, conforme previsto pelo artigo 139 do Código de Processo Civil, aplicável *ex vi* o artigo 1º da Lei do Amparo e do *Habeas Data* e por ser compatível com a natureza do processo constitucional, depende de, materialmente, se estar perante evento não imputável à parte ou aos seus mandatários que obste à prática do ato e de, processualmente, de se o alegar tempestivamente e de se oferecer logo a respetiva prova.

3.4. De uma parte,

3.4.1. Alega o recorrente que, padecendo o seu mandatário de condição crónica de hipertensão arterial, este esteve de baixa médica e de repouso no dia 24 de julho, data da notificação e não abriu o correio eletrónico.

3.4.2. Terá sido só no dia seguinte – que diz ter sido o dia 27 de julho, o que presume traduzir-se num lapso que cometeu ao querer dizer 25 do mesmo mês – que, conforme diz, constatou a entrada da mensagem eletrónica contendo a notificação e o inteiro teor do acórdão. Portanto, nesta fase, considerando a sua própria mensagem de receção da mensagem, teria ainda todo o dia 25 e o dia 26 para aperfeiçoar o recurso, mas não o terá feito por alegadamente ter estado envolvido em julgamento(s) com arguido(s) preso(s) na Comarca de Santa Catarina, imaginando este Tribunal que se refere exclusivamente ao dia 25.

3.4.3. Independente disso, as razões apresentadas não remetem nem de perto, nem de longe, a situação de justo impedimento atendível pelo Tribunal. Primeiro, porque as dificuldades eventuais de correção da peça e de regularização do acervo documental em falta são somente imputáveis ao recorrente, que, ao contrário do que diz, protocolou um recurso de amparo sem juntar sequer o acórdão recorrido e muito menos a sentença de primeira instância e o recurso ordinário que impetrou. A propósito, o que diz na sua peça de recurso é que juntava procuração forense e dois documentos, os quais eram duas certidões de nascimento de descendentes seus. Houvesse juntado os três documentos em falta, com certeza a contagem seria outra; segundo, até agora, não fez a necessária prova imposta por lei de que estava de baixa médica no dia 24 e que no dia 25 esteve envolvido em julgamento com arguidos presos o dia todo; terceiro, mesmo que o fizesse, o recorrente, conforme se depreende do documento de f. 20 dos autos, conferiu poderes de representação forense a cinco advogados, além do ilustre mandatário que subscreve a peça de aperfeiçoamento. Portanto, nada impedia que as operações necessárias ao aperfeiçoamento fossem promovidas por qualquer dos outros quatro causídicos, em relação aos quais não há notícia de qualquer impedimento justificado.

3.5. Por outro lado, sequer cumpriu o que foi determinado pelo acórdão de aperfeiçoamento.

3.5.1. Não juntou um documento que se antevia essencial para se atestar a tempestividade do seu recurso de amparo, nomeadamente porque o ato judicial de que recorre foi prolatado no dia 30 de janeiro de 2023, antecedendo em mais de cinco meses a data de interposição deste recurso de amparo. O pedido de reparação que deu entrada no dia 22 de junho de 2023 que anexa, por si só não teria o condão de impedir o trânsito em julgado a menos que tenha sido colocado no prazo de cinco dias (*Acórdão 49/2023, de 10 de abril, Elvis Lopes Ferreira v. JCR-STJ, Inadmissibilidade por Falta de Esgotamento de todos os Meios Legais de Proteção de Direitos, Liberdades e Garantias*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 44, 21 de abril de 2023, pp. 1078-1082, 8.2.4), após a notificação do *Acórdão 10/2023*, algo que o Tribunal Constitucional não consegue atestar, precisamente porque o suplicante não carreou para os autos qualquer documento de onde se consiga extrair informação sobre a data de sua notificação, descumprindo um ónus essencial previsto pela lei.

3.5.2. De resto, não houve qualquer melhoria em relação à necessária identificação da conduta impugnada, na medida em que aparentemente repete as mesmas alegações que já constavam da peça inicial sem qualquer incremento em termos de inteligibilidade que permitissem ao Tribunal identificar as condutas que pretende impugnar, não cabendo a esta Corte esgravatar no extensíssimo emaranhado de relatos que produz, inclusive nas conclusões, para descobrir as condutas lesivas de direitos que imputa ao Egrégio STJ.

3.5.3. Em relação ao desenho do amparo, nada se evoluiu, limitando-se o recorrente a pedir que se conceda amparo e a suplicar o “douto suprimento de V. Excia”, o que, convenhamos, e como já se tinha chamado a atenção, não é compatível com a litigância perante um tribunal superior (*Acórdão 111/2023, de 3 de julho, Manuel Monteiro Moreira v. TRS, Rejeição liminar de pedido de aclaração e de reforma do Acórdão 103/2023*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 75, 13 de julho de 2023, pp. 1491, 4.2-4.3, na medida em que quem tem o ónus de o fazer é o recorrente. Fica o Tribunal às cegas para se saber no que consiste esse amparo, qual a sua forma, qual o seu conteúdo e qual a sua natureza.

4. Ficando, assim, frustrado o objetivo do aperfeiçoamento. Sem que os juízes do TC tenham o dom de adivinhar o que os recorrentes querem efetivamente impugnar e os

remédios constitucionais que pretendem obter em juízo, nada há a fazer a não ser não admitir este recurso por falta de correção das deficiências estruturais de que padece.

5. Pelo exposto, esta Corte Constitucional só pode concluir que o recorrente não aperfeiçoou o recurso, expondo o seu autor às consequências previstas pelo artigo 16, parágrafo primeiro, alínea b), e pelo artigo 16, parágrafo segundo, ambos da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, conducentes à inadmissão do recurso.

6. Neste sentido, o recurso não é admitido por não-correção tempestiva de insuficiências detetadas na peça de recurso e na instrução do pedido.

### **III. Decisão**

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 02 de agosto de 2023

*José Pina Delgado* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*João Pinto Semedo*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, 02 de agosto de 2023

O Secretário,

*João Borges*